

Edilson Sierdovski, brasileiro, maior, empresário, casado em comunhão parcial de bens, nascido na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná em 05/08/1976, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob n.º 017.170.689-79, portador da Cédula de Identidade Civil Registro Geral sob n.º 5.935.451-5, SSP-PR, data de expedição 12/07/2010, residente e domiciliado na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, à rua Pedro Alves, 1121 Bairro Centro, CEP 85.010-080, e **Eduardo Sierdovski**, brasileiro, maior, aposentado, casado em comunhão parcial de bens, nascido na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná em 23/09/1949, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob n.º 200.195.999-00, portador da Cédula de Identidade Civil Registro Geral sob n.º 0.701.675-1, data de expedição 10/02/2005, residente e domiciliado na cidade de Virmond, Estado do Paraná, na Colônia Lagoa Bonita 11, CEP 85.390-000, únicos sócios da sociedade empresária limitada **SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA**, com sede na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, a rua Capitão Rocha, 2393, Centro, CEP 85.010-270, inscrita no CNPJ sob nº 03.874.953/0001-77, constituída legalmente por Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob NIRE nº 41204355820, nos termos do art. 60 da lei nº 8934/1994 de 18 de novembro de 1994. Resolvem alterar e consolidar seu Contrato Social que passará a reger-se pelo que está contida nas CLÁUSULAS a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O sócio **Eduardo Sierdovski**, acima qualificado, retira-se da sociedade neste ato, cedendo e transferindo as 10.000 (dez mil) quotas de que era possuidor, pelo valor nominal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para o sócio, **Edilson Sierdovski**, acima qualificado.

Parágrafo Primeiro: O SÓCIO, que se retira da sociedade, declara haver recebido neste ato e em moeda corrente, a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e declara, outrossim, sanados todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for, nem do cessionário, nem da sociedade, dando-lhes plena, geral e irrevogável quitação.

Parágrafo Segundo: O SÓCIO, que se retira da sociedade, fica eximido de toda e qualquer responsabilidade por quaisquer fatos ou atos praticados pela SOCIEDADE durante o período em que figurou como sócio da referida pessoa jurídica. Fica também eximido de toda e qualquer responsabilidade perante a sociedade da qual se retira, perante os sócios antigos ou atuais e perante terceiros por quaisquer fatos ou atos que tenha praticado no período em que integrou a sociedade.

Parágrafo Terceiro: Em virtude da alteração do Quadro Social, a empresa que gira sob o nome de **SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA**, girará a partir da data do arquivamento sob o nome empresarial de **SIERDOVSKI TECNOLOGIA LTDA**.

CLÁUSULA SEGUNDA: Em razão da cessão de quotas, o capital social permanece inalterado em seu valor, bem como na quantidade das quotas, que passam a ficar exclusivamente ao sócio remanescente no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), dividido em 500.000 (quinhentas mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, passa a ser distribuído entre o sócio remanescente da seguinte forma:

TITULAR	QUOTAS	%	CAPITAL R\$
Edilson Sierdovski	500.000	100	R\$ 500.000,00
Total	500.000	100	R\$ 500.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA: Serão alteradas as demais cláusulas contratuais para fins de melhoramento da governança corporativa da empresa:

Parágrafo Primeiro: Na Cláusula Sexta, será adicionado o Parágrafo Primeiro com a seguinte redação: *“Parágrafo Primeiro: Os sócios poderão criar e emitir quotas preferenciais, ou ainda transformar algumas quotas ordinárias em preferenciais, atribuindo a seus titulares direitos econômicos e políticos diversos, podendo ser suprimido ou delimitado o direito de voto pelo sócio titular de quota preferencial respectiva, observados os limites da Lei n. 6.404 de 1976, aplicada supletivamente, conforme Instrução Normativa de n. 81/2020 (IN 81) do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI).”*.

Parágrafo Segundo: Na Cláusula Sexta, será adicionado o Parágrafo Segundo com a seguinte redação: *“Parágrafo Segundo: As quotas preferenciais não têm direito a voto, mas detêm as seguintes vantagens: I – prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual a ser definido no Acordo de Quotistas, podendo ter outras vantagens a serem definidas pelos Sócios, no referido instrumento.”*;

Parágrafo Terceiro: Na Cláusula Sexta, será adicionado o Parágrafo Terceiro com a seguinte redação: *“Parágrafo Terceiro: O número de quotas preferenciais, sem direito de voto, não ultrapassará 50% (cinquenta por cento) do total das quotas emitidas.”*.

Parágrafo Quarto: Na Cláusula Sexta, será adicionado o Parágrafo Quarto com a seguinte redação: *“Parágrafo Quarto: As ações Preferenciais poderão ser divididas por classe, e nas classes poderão dar aos seus titulares o direito de exigir que a sociedade realize o resgate das suas quotas pelo valor patrimonial, na forma e prazo estipulado no Acordo de quotistas.”*.

Parágrafo Quinto: Na Cláusula Oitava com a seguinte redação: *“Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas*

obrigações que tinha como sócio.”, será alterada e passará a ter a seguinte redação: *“CLAUSULA OITAVA: O SÓCIO, que se retirar da sociedade, desde que cumprida as suas obrigações sociais, fica eximido de toda e qualquer responsabilidade por quaisquer fatos ou atos praticados pela SOCIEDADE durante o período em que figurou como sócio da referida pessoa jurídica. Fica também eximido de toda e qualquer responsabilidade perante a sociedade da qual se retira, perante os sócios antigos ou atuais e perante terceiros.”.*

Parágrafo Sexto: Na clausula Décima, com a seguinte redação: *“O sócio que desejar transferir suas quotas deverá notificar por escrito a sociedade e os Sócios, discriminando-lhe o preço, forma e prazo de pagamento, para que através dos demais, caso o quadro social esteja composto por mais de dois sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de sessenta (60) dias, contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo a critério do sócio alienante. Decorrido sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente ofertadas a terceiros, estranhos à sociedade, comose sociedade de capital pura fosse.”*, passará a ter a seguinte redação: *“Assegura-se a todos os sócios o direito de preferência, em igualdade de condições e preço, para a aquisição de quotas, se postas à venda, sendo vedado a alienação de quotas a terceiros sem o consentimento unanime dos sócios.”.*

Parágrafo Sétimo: Na clausula Décima Primeira, o parágrafo único passará a ser parágrafo primeiro, e será adicionado o Parágrafo Segundo, com a seguinte redação: *“Parágrafo Segundo: Em caso de impedimento ou incompatibilidade do atual Sócio Administrador, automaticamente, o seu cônjuge, ou na sua ausência, o filho mais velho, assumirá a administração plena da empresa interinamente, podendo praticar todos os atos de administração, conforme o presente contrato social, até que seja cessada a situação de impedimento, se transitória, ou a nomeação de novo administrador pelos Sócios, se de forma definitiva.”;*

Parágrafo Oitavo: Na clausula Décima Primeira, será adicionado o Parágrafo Terceiro, com a seguinte redação: *“Parágrafo Terceiro: Caso ocorra o falecimento do Administrador, enquanto não for aberto o inventário, será regido pela disposição acima, após ser aberto o inventário e nomeado o inventariante, o mesmo assumirá automaticamente a Administração da empresa, sem necessidade de alteração do contrato social, podendo praticar todos os atos de administração, conforme o presente contrato social.”;*

Parágrafo Nono: Na clausula Décima Primeira, e será adicionado o Parágrafo Quarto, com a seguinte redação: *“Parágrafo Quarto: Os administradores estão obrigados a cumprir o plano de negócios, o planejamento estratégico e o orçamento anual aprovados pela reunião de sócios.”;*

Parágrafo Décimo: Na clausula Décima Segunda, será adicionado o Parágrafo Primeiro, com a seguinte redação: *“Parágrafo Primeiro: A*

distribuição dos lucros poderá ser realizada de forma desproporcional em relação à participação de cada Sócio no capital social da Sociedade, se assim for deliberado pelos Sócios, e desde que observado o disposto no Acordo de Sócios arquivado na sede da Sociedade.';

Parágrafo Décimo Primeiro : Na clausula Décima Quarta, será alterado o Parágrafo Primeiro com a seguinte redação: Em caso de falecimento de um dos sócios, aos herdeiros fica assegurado o direito de substituí-lo se assim o desejarem, e poderão ser incluídos nasociedade, passará a ter a seguinte redação: Falecendo um dos sócios, seu cônjuge ou qualquer de seus herdeiros poderá sucedê-lo na condição de sócio. Não havendo interesse dele(s) em participar da sociedade, as quotas serão liquidadas, conforme disposição deste contrato social.

Parágrafo Décimo Segundo: Na clausula Décima Quarta, será alterado o Parágrafo Segundo com a seguinte redação: *“Para qualquer motivo que seja para a saída de sócio da sociedade, seja ele fundador, sucessor e/ou herdeiro, seus haveres sociais serão apurados em balanço geral especial com demonstração de resultado, a ser levantado em 30 (trinta) dias da data da comunicação, e se for do interesse da sociedade ou dos sócios remanescentes.”*, passará a ter a seguinte redação: *“Parágrafo Segundo: Nos casos em que a sociedade se resolver em relação a um sócio, dissolução parcial ou integral, ou liquidação em geral, o valor de suas quotas, consideradas pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base no último balanço patrimonial, pelo valor proporcional ao Patrimônio Líquido da Empresa.”*;

Parágrafo Décimo Terceiro: Na clausula Décima Quarta, será adicionado o Parágrafo Quarto, com a seguinte redação: *“Parágrafo Quarto: Se dissolver-se o casamento ou a união estável de sócio, as quotas da sociedade que, na partilha, forem atribuídas ao ex-cônjuge ou ex-companheiro, serão liquidadas e pagas, vedado o ingresso na sociedade, salvo autorização expressa de todos os sócios.”*;

Parágrafo Décimo Quarto: Na clausula Décima Quarta, será adicionado o Parágrafo Quinto, com a seguinte redação: *“Parágrafo Quinto: Se falecer cônjuge ou convivente de sócio, as quotas da sociedade que, na partilha, sejam atribuídas a seus herdeiros, serão liquidadas salvo acordo em sentido diverso pelos demais sócios.”*;

Parágrafo Décimo Quinto : Na clausula Décima Quarta, será adicionado o Parágrafo Sexto, com a seguinte redação: *“Parágrafo Sexto: Havendo penhora e adjudicação das quotas, o adjudicante não se tornará sócio, nem terá direito a sê-lo, salvo se sua inclusão no quadro social for aprovada pelos demais sócios, nos termos deste contrato. Vide Cláusula 18º.*

Parágrafo Décimo Sexto: Na clausula Décima Quarta, será adicionado o

Parágrafo Sétimo, com a seguinte redação: *“Parágrafo Sétimo: A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo de até 60 meses, corrigidos pelo INPC, a partir da liquidação, a fim de não descapitalizar a empresa, salvo acordo entre o sócio retirante ou terceiro liquidante e a maioria dos demais sócios.”;*

Parágrafo Décimo Sétimo : Na cláusula Décima Quarta, será adicionado o Parágrafo Oitava, com a seguinte redação: *“Parágrafo Oitavo: Poderão os sócios remanescentes, conforme melhor aprouver à continuidade da empresa, optar, pelo pagamento dos haveres em bens do ativo necessário, seja do ativo imobilizado, bem móveis e imóveis, ou outros.”;*

Parágrafo Décimo Oitavo: Na cláusula Décima Quinta será suprimida a Hipótese de dissolução do item “III”, sendo que a hipótese do item “IV” assumirá a sua posição, a qual passará a ter a seguinte redação: **“CLÁUSULA DECIMA QUINTA** - Dissolve-se a sociedade quando ocorre qualquer um dos eventos: (I) o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado; (II) o consenso unânime dos sócios; a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado; (III) a extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar.”;

Parágrafo Décimo Nono: Na cláusula Décima Sexta será acrescida a regência supletiva da Lei de Sociedades Anônimas - Lei 6404/64, naquilo que couber e coadunar com natureza da sociedade, a qual passará a ter a seguinte redação: **“CLÁUSULA DECIMA SEXTA** - As divergências que eventualmente ocorrerem entre os sócios na interpretação dos termos e dos casos omissos no presente instrumento serão resolvidas sob o amparo legal da Lei n 10.406/2002 CC, regência supletiva da Lei de Sociedades Anônimas - Lei 6404/64, naquilo que couber e coadunar com natureza da sociedade e outros instrumentos vigentes, que regem a matéria.”;

Parágrafo Vigésimo : Na cláusula Vigésima, será adicionado o Parágrafo Primeiro, com a seguinte redação: *Parágrafo Primeiro: Os Sócios poderão Criar Acordos de Quotistas e arquivá-los na sede da empresa, os quais a sociedade, sócios e administradores estarão vinculados e deverão observar fielmente, respeitando-o integralmente, sendo nulas e ineficazes quaisquer deliberações que contrariarem o disposto em tais acordos.”;*

Parágrafo Vigésimo Primeiro : Será adicionada a Cláusula Vigésima Primeira, com a redação aqui exposta, e a atual Cláusula Vigésima Primeira passará a ser a Cláusula Vigésima Segunda, sendo que a nova Cláusula Vigésima Primeira terá a seguinte redação: **“CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:** A presente sociedade primordialmente terá sua natureza personalíssima, sociedade de pessoas, sendo que a realização do seu objeto social depende mais dos atributos individuais dos sócios. No entanto, poderá captar investidores, através das suas quotas preferenciais, sem direito a voto e

controle da empresa, devendo sempre respeitar a fidúcia social, estabelecida através das cláusulas desse contrato social e acordo de quotistas, vedado o ingresso de terceiros sem autorização unânime dos sócios.”;

Parágrafo Vigésimo Segundo: Na Cláusula Vigésima primeira, será adicionado o Parágrafo Primeiro, com a seguinte redação: *Parágrafo Primeiro: Em razão do princípio da função social da empresa e do princípio da preservação da empresa, o credor particular de qualquer sócio, ao executá-lo, deverá preferir outros bens, na forma do artigo 1.026 do Código Civil. Se esses bens forem insuficientes para garantir a execução, o credor poderá fazer recair a execução sobre o que couber ao sócio/devedor nos lucros da sociedade. Somente excepcionalmente, diante da insuficiência de outros bens e dos lucros sociais, poderá o credor pretender a penhora das quotas sociais e sua liquidação, na forma estabelecida nesse contrato social.*

Parágrafo Vigésimo Terceiro: Na Cláusula Vigésima Primeira, será adicionado o Parágrafo Segundo, com a seguinte redação: *Parágrafo Segundo: Os sócios estão obrigados a manter comportamento (comissivo e omissivo) compatível com a fidúcia societária, ou seja, devem respeitar a affectio societatis.”;*

Parágrafo Vigésimo Quarto: Na Cláusula Vigésima Primeira, será adicionado o Parágrafo Terceiro, com a seguinte redação: *Parágrafo Terceiro: O desrespeito, por qualquer sócio, ao dever de agir de forma coerente com a condição de sócio, atuando honestamente e de boa-fé, sempre em favor do sucesso da empresa, conduz a responsabilidade civil pelos danos causados a sociedade ou a qualquer um dos demais sócios.”;*

Parágrafo Vigésimo Quinto : Na Cláusula Vigésima Primeira, será adicionado o Parágrafo Quarto, com a seguinte redação: *“Parágrafo Quarto: Para além das previsões legais, são deveres dos sócios: (1) respeitar e cumprir este contrato social e as deliberações da reunião dos sócios; (2) comparecer regularmente, pessoalmente ou por meio de procurador, as reuniões de sócio para quais forem convocados.”;*

Parágrafo Vigésimo Sexto: Na Cláusula Vigésima Primeira, será adicionado o Parágrafo Quinto, com a seguinte redação: *Parágrafo Quinto: Todos os sócios se comprometem a respeitar eventuais normas internas que venham a ser editadas, como o regimento interno, Manual de Procedimento e o código de ética corporativa.”;*

CLÁUSULA QUARTA: - DA ALTERAÇÃO DA FILIAL: A filial registrada na Junta Comercial do Estado de Paraná registrada em 30/01/2018, sob NIRE Nº 41901711598 e CNPJ nº 03.874.953/0002-58, que vinha exercendo suas atividades no endereço na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, a Avenida Guarapuava, 1400, Loja 55, Cidade dos Lagos, CEP: 85.100-000, passa a fazê-lo no seguinte endereço sito à Rua 1500, 820 - sala 2003 G-05, Edifício Sky Business Center, Centro, Balneário Camboriú - SC, 88.330-526.

CLÁUSULA QUINTA: - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Ficam inalteradas as demais cláusulas do Instrumento Constitutivo que não colidem com as disposições do presente dispositivo.

CLÁUSULA SEXTA: - DA CONSOLIDAÇÃO DO INSTRUMENTO: Tendo em vista as modificações ora ajustadas, consolida-se o Instrumento Constitutivo, que passa a ter a seguinte redação:

Edilson Sierdovski, brasileiro, maior, empresário, casado em comunhão parcial de bens, nascido na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná em 05/08/1976, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob n.º 017.170.689-79, portadora da Cédula de Identidade Civil Registro Geral sob n.º 5.935.451-5, SSP-PR, data de expedição 12/07/2010, residente e domiciliado na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, à rua Pedro Alves, 1121 Bairro Centro, CEP 85.010-080, único sócio da sociedade empresária limitada **SIERDOVSKI TECNOLOGIA LTDA**, com sede na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, a rua Capitão Rocha, 2393, Centro, CEP 85.010-270, inscrita no CNPJ sob nº 03.874.953/0001-77, constituída legalmente por Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob NIRE nº 41204355820, registrada sob nº 20201419580, nos termos do art. 60 da lei nº 8934/1994 de 18 de novembro de 1994. Resolvem consolidar seu Contrato Social que passará a reger-se pelo que está contida nas CLÁUSULAS a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de **SIERDOVSKI TECNOLOGIA LTDA**, será regida por este Contrato Social, pelo contido Lei nº 10.406/2002 CC.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade tem a sua sede, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, a rua Capitão Rocha nº 2393, Bairro Centro, CEP 85.010-270, que é seu domicílio, podendo abrir e encerrar filiais, sucursais e escritórios, em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA - O objeto social da sociedade, Comércio Varejista de Máquinas, Equipamentos e Materiais de Informática, Comércio Varejista de Equipamentos de Telefonia e Comunicação, Comércio Varejista de Eletrodomésticos e Equipamentos de Áudio e Vídeo, Comércio Varejista de Móveis, Colchoaria e Artigos de Iluminação, Comércio Varejista de Instrumentos Musicais e Acessórios, Comércio Varejista de Peças e Acessórios para Aparelhos Eletroeletrônicos para uso doméstico, Comércio Varejista de Artigos de uso pessoal e doméstico, Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos, Comércio varejista de material elétrico, Comércio

varejista de ferragens e ferramentas, Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem, Comércio varejista de artigos de óptica, Comércio varejista de materiais hidráulico, Comércio varejista de artigos esportivos, Comércio varejista de artigos de papelaria, Reparo e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos, Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação, Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças, Comércio atacadista de produtos odontológicos, Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças, Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças, Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente, Comércio atacadista de materiais de construção em geral, Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho, Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas, Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos, Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal e Comércio varejista de equipamentos para escritório.

Parágrafo Primeiro: A sociedade possui a seguinte filial: 1) Filial situada na Rua 1500, 820 - sala 2003 G-05 – Edifício Sky Business Center, Centro, Balneário Camboriú - SC, 88.330-526, NIRE Nº 41901711598 e CNPJ nº 03.874.953/0002-58.

Parágrafo Segundo : A filial sob o CNPJ nº 03.874.953/0002-58 tem como objeto social, a exploração das seguintes atividades: Comércio varejista de máquinas , equipamentos e materiais de informática , comércio varejista de equipamentos de telefonia e comunicação , comércio varejista de eletrodomésticos e equipamentos de audio e video, comércio varejista de móveis ,colchoaria e artigos de iluminação , comércio varejista instrumentos musicais e acessórios, comércio varejista de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos , comércio varejista de material elétrico , comércio varejista de ferragens e ferramentas , comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem , comércio varejista de artigos de optica , comércio varejista de materiais hidráulicos ,comércio varejista de artigos esportivos e comércio varejista de artigos de papelaria.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo de duração da sociedade é de tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é a data do registro do instrumento constitutivo. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLÁUSULA QUINTA - O Capital Social da sociedade é inteiramente subscrito na forma prevista neste ato na importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), dividido em 500.000 (quinhentas mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, devidamente integralizados, em moeda corrente nacional e distribuídos entre os sócios quotistas da seguinte forma:

TITULAR	QUOTAS	%	CAPITAL R\$
Edilson Sierdovski	500.000	100	R\$ 500.000,00
Total	500.000	100	R\$ 500.000,00

CLÁUSULA SEXTA - As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade, e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, de acordo como que estipulam os Artigos 1056 e 1057 de 10/10/2002 – CC.

Parágrafo Primeiro: Os sócios poderão criar e emitir quotas preferenciais, ou ainda transformar algumas quotas ordinárias em preferenciais, atribuindo a seus titulares direitos econômicos e políticos diversos, podendo ser suprimido ou delimitado o direito de voto pelo sócio titular de quota preferencial respectiva, observados os limites da Lei n. 6.404 de 1976, aplicada supletivamente, conforme Instrução Normativa de n. 81/2020 (IN 81) do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI).

Parágrafo Segundo: As quotas preferenciais não têm direito a voto, mas detêm as seguintes vantagens: I – prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual a ser definido no Acordo de Quotistas, podendo ter outras vantagens a serem definidas pelos Sócios, no referido instrumento.

Parágrafo Terceiro: O número de quotas preferenciais, sem direito de voto, não ultrapassará 50% (cinquenta por cento) do total das quotas emitidas.

Parágrafo Quarto: As ações Preferenciais poderão ser dívidas por classe, e nas classes poderão dar aos seus titulares o direito de exigir que a companhia o resgate das suas quotas pelo valor patrimonial, na forma e prazo estipulado no Acordo de quotistas.

CLÁUSULA SÉTIMA - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 da Lei nº 10.406/2002 CC.

CLÁUSULA OITAVA – O SÓCIO, que se retirar da sociedade, desde que cumprida as suas obrigações sociais, fica eximido de toda e qualquer responsabilidade por quaisquer fatos ou atos praticados pela SOCIEDADE durante o período em que figurou como sócio da referida pessoa jurídica. Fica também eximido de toda e qualquer responsabilidade perante a sociedade da qual se retira, perante os sócios antigos ou atuais e perante terceiros.

CLÁUSULA NONA - Os seguintes atos dependerão da previa aprovação, por escrito de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do capital votante da sociedade, para serem considerados validos e exequíveis: (I) alienação de bens imóveis; (II) hipotecas, penhores e demais gravames, de qualquer natureza; (III) caução de títulos ou direitos creditórios, executados os casos diretamente relacionados aos negócios da sociedade, estes até o limite de R\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de reais); (IV) doação de bens moveis e imóveis em geral; (V) nomeação e destituição de Gerentes – delegados; (VI) alteração de qualquer das cláusulas do Contrato Social da sociedade, e (VII) constituição de novas sociedades, bem como a assinatura de contratos versando sobre tais negócios, pela Sociedade.

CLÁUSULA DECIMA - Assegura-se a todos os sócios o direito de preferência, em igualdade de condições e preço, para a aquisição de quotas, se postas à venda, sendo vedado a alienação de quotas a terceiros sem o consentimento unanime dos sócios.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – A sociedade será administrada pelo sócio - administrador já qualificado **Edilson Sierdovski**, ao qual compete privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, em juízo, ou fora dele, estando a mesma dispensada da prestação de caução, podendo praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social, sendo - lhes, no entanto, vedado o uso do nome da Sociedade, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, bem como a prestação de fiança ou aval, e o comprometimento dos mesmo em atos de liberalidade ou de favor, podendo passar poderes para terceiros por procuração.

Parágrafo Primeiro – O sócio que participar ativamente da administração da sociedade fará jus a uma retirada mensal a título de pró-labore a ser fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, cuja importância, de acordo com a legislação do Imposto de Renda, será contabilizada como despesa de administração da sociedade.

Parágrafo Segundo: Em caso de impedimento ou incompatibilidade do atual Sócio Administrador, automaticamente, o seu cônjuge, ou na sua ausência, o filho mais velho, assumirá a administração plena da empresa interinamente, podendo praticar todos os atos de administração, conforme o presente contrato social, até que seja cessada a situação de impedimento, se transitório, ou a

nomeação de novo administrador pelos Sócios, se de forma definitiva.

Parágrafo Terceiro: Caso ocorra o falecimento do Administrador, enquanto não for aberto o inventário, será regido pela disposição acima, após ser aberto o inventário e nomeado o inventariante, o mesmo assumirá automaticamente a Administração da empresa, sem necessidade de alteração do contrato social, podendo praticar todos os atos de administração, conforme o presente contrato social.

Parágrafo Quarto: Os administradores estão obrigados a cumprir o plano de negócios, o planejamento estratégico e o orçamento anual aprovados pela reunião de sócios.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - O exercício social coincide com o ano civil, devendo em 31 de dezembro de cada ano ser procedido o Balanço Geral de Sociedade obedecido às prescrições legais e técnicas pertinentes a matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente as suas quotas de capital podendo os lucros a critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na Sociedade, conforme determina o Artigo 1065 da Lei 10.406 de 10/01/2003 – Código Civil.

Parágrafo Primeiro: A distribuição dos lucros poderá ser realizada de forma desproporcional em relação à participação de cada Sócio no capital social da Sociedade, se assim for deliberado pelos Sócios, e desde que observado o disposto no Acordo de Sócios arquivado na sede da Sociedade.

Parágrafo Segundo: A Sociedade poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores e, com base nesses balanços, por proposta da Administração a ser submetida para aprovação dos Sócios, distribuir lucros ou pagar juros a título de remuneração sobre o capital próprio.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - A reunião dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato: (I) – tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (II) - designar administradores, quando for o caso; (III) - tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - Na eventual necessidade de qualquer categoria de sócios retirar-se da sociedade, por motivo de falecimento, falência, impedimento ou – de livre e espontânea vontade, a sociedade não acarretará a dissolução, a qual continuará sua atividade normal com o sócio remanescente e sucessor, mediante alteração do contrato social, indicando o evento e registrado na Junta Comercial, em 30 (trinta) dias da data da alteração. APLICANDO-SE AS EXIGÊNCIAS CABÍVEIS

EM CADA CASO.

Parágrafo Primeiro – Falecendo um dos sócios, seu cônjuge e/ou qualquer de seus herdeiros poderá sucedê-lo na condição de sócio. Não havendo interesse dele(s) em participar da sociedade, as quotas serão liquidadas, conforme disposição deste contrato social.

Parágrafo Segundo - Nos casos em que a sociedade se resolver em relação a um sócio, dissolução parcial ou integral, ou liquidação em geral, o valor de suas quotas, consideradas pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base no último balanço patrimonial, pelo valor proporcional ao Patrimônio Líquido da Empresa.

Parágrafo Terceiro: A retirada, exclusão ou morte do sócio não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

Parágrafo Quarto: Se dissolver-se o casamento ou a união estável de sócio, as quotas da sociedade que, na partilha, forem atribuídas ao ex-cônjuge ou ex-companheiro, serão liquidadas e pagas, vedado o ingresso na sociedade, salvo autorização expressa de todos os sócios.

Parágrafo Quinto: Se falecer cônjuge ou convivente de sócio, as quotas da sociedade que, na partilha, sejam atribuídas a seus herdeiros, serão liquidadas salvo acordo em sentido diverso pelos demais sócios.

Parágrafo Sexto: Havendo penhora e adjudicação das quotas, o adjudicante não se tornará sócio, nem terá direito a sê-lo salvo se sua inclusão no quadro social for aprovada pelos demais sócios, nos termos deste contrato. Vide Cláusula 18º.

Parágrafo Sétimo: A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo de até 60 meses, corrigidos pelo INPC, a partir da liquidação, a fim de não descapitalizar a empresa, salvo acordo entre o sócio retirante ou terceiro liquidante e a maioria dos demais sócios.

Parágrafo Oitavo: Poderão os sócios remanescentes, conforme melhor aprover à continuidade da empresa, optar, pelo pagamento dos haveres em bens do ativo necessário, seja do ativo imobilizado, bem móveis e imóveis, ou outros.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - Dissolve-se a sociedade quando ocorre qualquer um dos eventos: (I) o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado; (II) o consenso unânime dos sócios; a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado; (III) a extinção,

na forma da lei, de autorização para funcionar.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - As divergências que eventualmente ocorrerem entre os sócios na interpretação dos termos e dos casos omissos no presente instrumento serão resolvidas sob o amparo legal da Lei n 10.406/2002 CC, regência supletiva da Lei de Sociedades Anônimas - Lei 6404/64, naquilo que couber e coadunar com natureza da sociedade e outros instrumentos vigentes, que regem a matéria.”;

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar (em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - Nos casos de penhora, arresto ou sequestro de cotas, por iniciativa de terceiros não cotistas em razão de dívida de sócio cotista, terá este o prazo de 3 (três) dias para substituir a penhora das cotas. Não o fazendo, entender-se-á que tais cotas teriam sido ofertadas à venda, pelo que os demais sócios poderão exercer sua preferência de aquisição depositando o equivalente ao valor do patrimônio líquido que elas representem conforme último balanço. Nesta hipótese, a transferência das cotas sociais para o nome do cotista adquirente dar-se-á independentemente da assinatura do transmitente.

CLÁUSULA DECIMA NONA - As decisões administrativas, bem como modificações do contrato social que tenha por objetivo a matéria indicada no art. 997 da Lei n 10.406/2002 CC, dependem do consentimento de todos os sócios; as demais podem ser decididas por maioria absoluta de votos. Qualquer modificação do Contrato Social será averbada, cumprindo-se as formalidades previstas neste contrato, sob pena de nulidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Os endereços dos sócios, constantes do Contrato Social ou de sua última alteração serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e etc., relativos a atos societários de seu interesse. A responsabilidade de informação de alterações destes endereços é exclusiva dos sócios, que deverão fazê-lo por escrito.

Parágrafo Primeiro: Os Sócios poderão Criar Acordos de Quotistas e arquivá-

los na sede da empresa, os quais a sociedade, sócios e administradores estarão vinculados e deverão observar fielmente, respeitando-o integralmente, sendo nulas e ineficazes quaisquer deliberações que contrariarem o disposto em tais acordos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: A presente sociedade primordialmente terá sua natureza personalíssima, sociedade de pessoas, sendo que a realização do seu objeto social depende mais dos atributos individuais dos sócios. No entanto, poderá captar investidores, através das suas quotas preferenciais, sem direito a voto e controle da empresa, devendo sempre respeitar a fidúcia social, estabelecida através das cláusulas desse contrato social e acordo de quotistas, vedado o ingresso de terceiros sem autorização unânime dos sócios.

Parágrafo Primeiro: Em razão do princípio da função social da empresa e do princípio da preservação da empresa, o credor particular de qualquer sócio, ao executá-lo, deverá preferir outros bens, na forma do artigo 1.026 do Código Civil. Se esses bens forem insuficientes para garantir a execução, o credor poderá fazer recair a execução sobre o que couber ao sócio/devedor nos lucros da sociedade. Somente excepcionalmente, diante da insuficiência de outros bens e dos lucros sociais, poderá o credor pretender a penhora das quotas sociais e sua liquidação, na forma estabelecida nesse contrato social.

Parágrafo Segundo: Os sócios estão obrigados a manter comportamento (comissivo e omissivo) compatível com a fidúcia societária, ou seja, devem respeitar a *affectio societatis*.

Parágrafo Terceiro: O desrespeito, por qualquer sócio, ao dever de agir de forma coerente com a condição de sócio, atuando honestamente e de boa-fé, sempre em favor do sucesso da empresa, conduz a responsabilidade civil pelos danos causados a sociedade ou a qualquer um dos demais sócios.

Parágrafo Quarto: Para além das previsões legais, são deveres dos sócios: (1) respeitar e cumprir este contrato social e as deliberações da reunião dos sócios; (2) comparecer regularmente, pessoalmente ou por meio de procurador, as reuniões de sócio para quais forem convocados.

Parágrafo Quinto: Todos os sócios se comprometem a respeitar eventuais normas internas que venham a ser editadas, como o regimento interno e o código de ética corporativa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Os sócios elegem o Foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente

SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA
CNPJ 03.874.953/0001-77NIRE 41204355820
OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO

Página 15 de 16

instrumento, elaborado em via única, para que valha na melhor forma do direito, sendo esta via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná, devidamente rubricadas pelos sócios, depois de anotadas, obrigando-se fielmente pôr si.

Guarapuava, 05 de Julho de 2024.

Edilson Sierdovski

CPF 017.170.689-79

Eduardo Sierdovski

CPF 200.195.999-00



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa SIERDOVSKI TECNOLOGIA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
01717068979	EDILSON SIERDOVSKI
20019599900	EDUARDO SIERDOVSKI



CERTIFICO O REGISTRO EM 29/07/2024 18:13 SOB Nº 20244854149.
PROTOCOLO: 244854149 DE 12/07/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12410723358. CNPJ DA SEDE: 03874953000177.
NIRE: 41204355820. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 05/07/2024.
SIERDOVSKI TECNOLOGIA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.